Análise Econômica

LEGADO DO PLANO REAL:
A ESTABILIZAÇÃO SEM CRESCIMENTO ECONÔMICO?
NANDO FERRARI FILHO

CONSUMO AGREGADO E PLANOS
DE ESTABILIZAÇÃO NO BRASIL
N CARLO MACHADO E ROSA FONTES

IMPORTÂNCIA ECONÔMICA DO
CONECÓCIO PARA A REGIÃO SUL DO BRASIL
É LUIZ PARRÉ E
QUIM JOSÉ MARTINS GUILHOTO

PAPEL DA AGRICULTURA NO DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO BRASILEIRO, 1980/1998
MINA BATISTA DE LUCENA E
I DE JESUS DE SOUZA

EQUILÍBRIO TEMPORÁRIO, ANÁLISE DINÂMICA
MOTIVO FINANÇAS DE DEMANDA DE MOEDAS
É LUÍS OREIRO E FLAVIA DIAS RANGEL

OBSTÁCULOS À SOBREVIVÊNCIA E EXPANSÃO
DE PEQUENAS EMPRESAS NO CONTEXTO
DE DINÂMICA ECONÔMICA CAPITALISTA
LUÉRO FERREIRA

OPERATIVAS DE TRABALHO: FLEXIBILIZAÇÃO
OU DEGRADAÇÃO DO TRABALHO?
É MARIA PEREIRA

QUESTÃO METODOLÓGICA NA DISCUSSÃO
Sobre a CENTRALIDADE DO TRABALHO
LO NAKATANI

NOVAS REGRAS DE SUPERVISÃO BANCÁRIA
COMITÊ DA BASILÉIA E SEUS EFEITOS
Sobre OS PAÍSES PERIFÉRICOS
RÍIA CRISTINA PENIDO DE FREITAS
DANIELA MAGALHÃES PRATES

ANO 19

Nº 35

MARÇO, 2001

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Reitora: Prof^a. Wrana Maria Panizzi

FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Diretor : Prof. Pedro Cézar Dutra Fonseca

CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS ECONÔMICAS

Diretor: Prof. Gentil Corazza

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Chefe: Prof. Luiz Alberto Oliveira Ribeiro de Miranda

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ATUARIAIS

Chefe: João Marcos Leão da Rocha

CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA

Coordenador: Prof. Eduardo Pontual Ribeiro

CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL

Coordenador: Prof. Jalcione Almeida

CONSELHO EDITORIAL: Achyles B. Costa, Aray M. Feldens, Carlos A. Crusius, Carlos G. A. Mielitz Netto, Eduardo A. Maldonado Filho, Eduardo P. Ribeiro, Eugênio Lagemann, Fernando Ferrari Filho, Gentil Corazza, Jan A. Kregel (Univ. of Bologna), Marcelo S. Portugal, Nali J. Souza, Otilia B. K. Carrion, Paulo A. Spohr, Paulo D. Waquil, Pedro C. D. Fonseca, Philip Arestis (Univ. of East London), Roberto C. Moraes, Ronald Otto Hillbrecht, Stefano Florissi, Eleutério F. S. Prado (USP), Fernando H. Barbosa (FGV/RJ), Gustavo Franco (PUC/RJ), João R. Sanson (UFSC), Joaquim P. Andrade (UnB), Juan H. Moldau (USP), Paul Davidson (Univ. of Tennessee), Werner Baer (Univ. of Illinois).

COMISSÃO EDITORIAL: Eduardo Augusto Maldonado Filho, Fernando Ferrari Filho, Gentil Corazza, Marcelo Savino Portugal, Paulo Dabdad Waquil, Roberto Camps Moraes.

EDITOR: Gentil Corazza

EDITOR ADJUNTO: Pedro Silveira Bandeira

SECRETÁRIA: Vanessa Hoffmann de Quadros

REVISÃO DE TEXTOS: Vanete Ricacheski

FUNDADOR: Prof. Antônio Carlos Santos Rosa

Os materiais publicados na revista *Análise Econômica* são da exclusiva responsabilidade dos autores. É permitida a reprodução total ou parcial dos trabalhos, desde que seja citada a fonte. Aceita-se permuta com revistas congêneres. Aceitam-se, também, livros para divulgação, elaboração de resenhas e resenhas. Toda correspondência, material para publicação (vide normas na terceira capa), assinaturas e permutas devem ser dirigidos ao seguinte destinatário:

PROF. GENTIL CORAZZA

Revista *Análise Econômica* - Av. João Pessoa, 52

CEP 90040-000 PORTO ALEGRE - RS, BRASIL

Telefones: (051) 316-3348 e 316-3440 - Fax: (051) 316-3990

rae@vortex.ufrgs.br

Análise Econômica

Ano 19, n° 35, março, 2001 - Porto Alegre

Faculdade de Ciências Econômicas, UFRGS, 2001

Periodicidade semestral, março e setembro.

1. Teoria Econômica - Desenvolvimento Regional -
Economia Agrícola - Pesquisa Teórica e Aplicada -
Periódicos. I. Brasil.

Faculdade de Ciências Econômicas,
Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

CDD 330.05

CDU 33 (81) (05)

A questão metodológica na discussão sobre a centralidade do trabalho

*Paulo Nakatani**

Os homens brancos gostariam de trazer para nós os seus tesouros, suas coisas, para que nós também fôssemos ricos. Estas coisas, no entanto, não são mais do que flechas envenenadas que matam aqueles em cujo peito se penduram. "Precisamos obrigá-los a ter necessidades", ouvi da boca de certo homem que conhece a nossa terra. Necessidades, quer dizer, coisas. "Pois só assim eles terão verdadeiro gosto pelo trabalho", disse então o homem inteligente. Queria dizer que nós também devemos pôr as nossas mãos a trabalhar, fazendo coisas; coisas para nós, sim, mas em primeiro lugar coisas para o Papalagi. Nós também devemos ficar cansados, cinzentos, curvados. (TUIÁVII, Chefe dos Tiavéas - Samoa).

Resumo: Este texto foi elaborado para resgatar o método materialista dialético, abandonado por muitas das teorias que defendem o fim do trabalho e de sua centralidade na sociedade contemporânea. Nosso ponto de vista se opõe às concepções idealistas e teológicas da criação do homem que fundamentam, metodologicamente, aquelas teorias. Para tanto, diferenciamos o trabalho em geral, como o fundamento da existência humana, do trabalho alienado, como trabalho determinado historicamente. Defendemos que, sob o modo de produção capitalista, o trabalho alienado não perde a sua centralidade. E, também, que é necessário superar o modo de produção capitalista para que o trabalho perca a sua posição central e desapareça como atividade exercida pelo homem e determinada exteriormente pelas necessidades naturais e sociais.

Palavras-chave: Trabalho, centralidade do trabalho, trabalho alienado.

1 Introdução

As diferentes interpretações sobre as mudanças sociais das últimas décadas pressupõem diferentes posturas filosóficas e político-ideológicas. Os estudos sobre as transformações no mundo do trabalho também pressupõem essas posturas e um enfoque metodológico determinado. As teorias sobre a descentralidade do trabalho surgiram desde o final dos anos setenta e, desde então, têm sido objeto de calorosos debates e têm colocado o problema sob diferentes perspectivas.

* Professor do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Economia da UFES. Gostaria de agradecer aos professores Rosa Maria Marques, Francisco José Soares Teixeira, Reinaldo Antonio Carcanholo e Manoel Luiz Malaguti que leram e criticaram este trabalho. Mas a culpa pela interpretação e por eventuais equívocos é unicamente minha.

Existem autores que defendem que o valor e, portanto, a riqueza capitalista não depende mais do trabalho humano¹; outros, que o desenvolvimento capitalista suprimiu a luta de classes². O reflexo das mudanças objetivas na consciência dos trabalhadores, transferindo o centro de suas subjetividades do trabalho para outras esferas, constitui outra linha de argumentação³. Um outro grupo de autores aponta para o fim dos empregos e propõe a redução da jornada de trabalho ou a criação de ocupações através do que denominaram de terceiro setor⁴. A maioria desses autores coloca-se como marxista, portanto, deveriam estar no mesmo campo filosófico-metodológico. A maneira como utilizam a teoria e a forma como a realidade é abordada constituem, a nosso ver, o fundamento de suas divergências⁵.

O aumento do desemprego e a aceleração da mundialização do capital têm provocado, também, uma queda nos rendimentos do trabalho assalariado e o aumento da exclusão social, em todo o mundo. O potencial explosivo dessa situação, que colocou bilhões de pessoas fora do mercado de consumo, também tem sido objeto de preocupação, pelo menos retórica, de alguns dirigentes de organismos internacionais, como a UNCTAD e o Banco Mundial.

Essas interpretações sobre as transformações em curso na sociedade apontam para várias direções. De um lado, as propostas que se colocam no interior da sociedade capitalista, considerando-a forma final do desenvolvimento social. Destacam-se, nesse caso, os neoliberais, que defendem o ponto de vista de que a rigidez do mercado de trabalho e a desqualificação dos trabalhadores são os responsáveis pelo desemprego. Propõe, então, maior flexibilização do mercado de trabalho e programas de qualificação profissional. Do outro lado, as críticas a essas proposições apontam para a necessidade de superação do modo de produção ou para alternativas provisórias, como a necessidade da retomada do crescimento econômico para a geração de mais empregos.

Neste texto, partimos do ponto de vista de que não vivemos a época do fim dos empregos⁶, que o trabalho assalariado continua sendo a fonte da riqueza e do valor, portanto, central para o modo de produção capitalista. Assim, retomamos a discussão sobre a centralidade do trabalho e a neces-

¹ Não estamos levando em conta, aqui, os teóricos neoclássicos ou liberais que sempre defenderam a tese de que o valor e a riqueza capitalista dependem somente da subjetividade humana.

² Por exemplo, Robert Kurz (1996).

³ Claus Offe (1989)

⁴ André Gorz (1980), Guy Aznar e Jeremy Rifkin.

⁵ Isto, sem contar os pressupostos político-ideológicos que norteiam seus estudos.

⁶ Ver Husson, 1999.

sidade de sua descentralização⁷. Defendemos o ponto de vista de que foi através do trabalho que o homem constituiu-se como ser humano e, ao mesmo tempo, humanizou a natureza. Assim, o trabalho é a precondition da existência humana. Mas, o desenvolvimento das formas sociais converteu o trabalho humano em trabalho alienado e o seu produto, sob o modo de produção capitalista, em sujeito social. Dessa forma, torna-se necessário não só a supressão da forma assalariada de trabalho, mas também das formas sociais que transformaram o trabalho em trabalho alienado.

2 O trabalho, condição da existência humana

A gênese do ser humano é a gênese do trabalho. Neste momento, estamos considerando o trabalho como trabalho em geral, produtor de valores de uso. Segundo Marx, “uma condição de existência do homem, independente de todas as formas de sociedade, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana” (1985, p. 50).

Tomamos de Kosik (1969), a sua interpretação sobre o “agir humano” que separa ele em dois campos cujas determinações distinguem o trabalho da livre criação humana⁸. O trabalho é a atividade humana voltada para um fim exterior e determinada pelas necessidades naturais ou sociais. A livre criação humana, que ele chama de arte, é a ação humana determinada por necessidades interiores ao próprio homem. Ele a realiza independentemente de qualquer pressão externa.

Este conceito de trabalho em geral define-se na esfera que Antunes e Meszáros chamam de “sistema de mediações de primeira ordem”. Estas mediações referem-se às interações entre homem e natureza e dos homens entre si, regulados por comportamentos instintivos e prescindem do estabelecimento de hierarquias de dominação e subordinação. Sob o modo de produção capitalista, o trabalho adquire novas determinações configurando

⁷ NAKATANI, Paulo e SOARES, Geraldo Antonio (1999).

⁸ Arendt (1987, p. 15) utiliza as categorias de labor, trabalho e ação para denominar formas sociais diferentes de trabalho; são atividades “fundamentais porque a cada uma delas corresponde uma das condições básicas mediante as quais a vida foi dada ao homem na terra”. Como podemos observar, Arendt filia-se a uma corrente de pensamento na qual a natureza humana não pode ser explicada, a não ser por uma teleologia exterior e, neste sentido, idealista. Ela diz, “É altamente improvável que nós, que podemos conhecer, determinar e definir a essência natural de todas as coisas que nos rodeiam e que não somos, venhamos a ser capazes de fazer o mesmo a nosso próprio respeito: seria como pular sobre nossa própria sombra. Além disto, nada nos autoriza a presumir que o homem tenha uma natureza ou essência no mesmo sentido em que as outras coisas as têm. Em outras palavras, se temos uma natureza ou essência, então certamente só um deus pode conhecê-la e defini-la; e a condição prévia é que ele possa falar de um ‘quem’ como se fosse um ‘quê’”. (p. 18).

um sistema de mediações de segunda ordem. Esse sistema “tem seu núcleo constitutivo formado pelo tripé **capital, trabalho e Estado**, sendo que essas três dimensões fundamentais do sistema são materialmente inter-relacionadas, tornando-se impossível superá-las sem a eliminação do conjunto dos elementos que compreendem esse sistema”. (ANTUNES, 1999, p. 22, grifo do autor).

O trabalho é a atividade humana que diferencia o homem dos demais seres naturais. A passagem do ser natural para o ser social pressupõe um salto qualitativo na cadeia da evolução natural. Esse salto qualitativo desencadeia o processo de formação do ser social cuja ação sobre a natureza é realizada com uma finalidade específica e previamente concebida na sua consciência. Sob esta concepção, o sujeito, como ser social, põe uma finalidade à sua atividade, ao seu trabalho⁹. A causalidade natural é subsumida à teleologia posta pelo sujeito. Este ponto de vista opõe as perspectivas idealistas e teológicas da ontologia do ser social à visão materialista e dialética:

... é precisamente a teoria marxiana, segundo a qual o trabalho é a única forma existente de um ser finalisticamente produzido, que funda, pela primeira vez, a especificidade do ser social. Com efeito, se fossem justas as diversas teorias idealistas e religiosas que afirma o domínio universal do finalismo, então tal diferença, em última instância, não existiria. Toda pedra, toda mosca seriam uma realização do ‘trabalho’ de deus, do espírito do mundo etc., do mesmo modo como as realizações que acabamos de descrever, próprias das atividades teleológicas do homem. (LUKÁCS, s/d, p. 10).

O ponto de vista idealista concebe uma teleologia própria para a natureza e para a história, como finalidades colocadas exteriormente e com algum objetivo. Isto supõe a existência de uma consciência externa à natureza e ao homem e, estes, realizam os objetivos teleologicamente propostos por um “autor consciente”. Em oposição, o materialismo concebe o ser social como uma autocriação a partir do momento em que este ser social põe seu objetivo. As finalidades da existência social são postas pelos próprios seres sociais e não por uma consciência externa, um autor consciente¹⁰, criador da natureza e da vida humana. E a constituição da sociabilidade é um processo no qual todos os elementos formam-se simultaneamente através do trabalho.

⁹ No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início existiu na imaginação do trabalhador e, portanto, idealmente. Ele não apenas efetua uma transformação da forma da matéria natural; realiza, ao mesmo tempo, na matéria natural seu objetivo, que ele sabe que determina, como lei, a espécie e o modo de sua atividade e ao qual tem de subordinar sua vontade. (MARX, 1985, p. 149).

¹⁰ Lukács, s/d, p. 4.

O trabalho implica, então, a necessidade de que os seres humanos ponham conscientemente uma finalidade à sua ação sobre a natureza. A natureza, por si própria, não tem nenhuma finalidade. “No ser-em-si da pedra não há nenhuma intenção, nem sequer um indício da possibilidade de ser usada como faca ou como machado”. (LUKÁCS, s/d, p. 7). Os processos naturais estabelecem nexos que, descobertos pela ação humana, podem ser definidos como relações causais. Sobre estas relações causais o homem atua transformando a natureza segundo suas intenções. Para tanto, a busca dos meios de transformação da natureza, os conhecimentos sobre ela, torna-se fundamental para que os fins propostos possam ser atingidos. Nos estágios mais primitivos do trabalho, o ser humano não conhece quase nada sobre os processos naturais. Isto significa que os objetivos postos nem sempre serão atingidos.

Foi através do trabalho que se desenvolveram as demais funções e comportamentos que consideramos humanos. O desenvolvimento da linguagem e a formação da consciência humana só foram possíveis como resultado do trabalho. Para Marx, “A linguagem é tão velha quanto a consciência; ela é consciência prática, tal como existe para outros homens, e por essa razão está começando realmente a existir para mim também pessoalmente, pois a linguagem, assim como a consciência, só brota da necessidade, da exigência, do intercâmbio com outros homens.” (MARX, 1970, p. 176). E, para Lukács:

É sem dúvida possível deduzir geneticamente a linguagem e o pensamento conceptual a partir do trabalho, uma vez que a execução do processo de trabalho põe ao sujeito que trabalha exigências que só podem ser satisfeitas reestruturando ao mesmo tempo quanto à linguagem e ao pensamento conceptual as faculdades e possibilidades psicofísicas presentes até aquele momento, ao passo que a linguagem e o pensamento conceptual não podem ser entendidos nem em nível ontológico nem em si mesmos se não se pressupõe a existência de exigências nascidas do trabalho e nem muito menos como condições que fazem surgir o processo de trabalho. (LUKÁCS, s/d, p. 22).

Dessa maneira, a constituição da humanidade do homem processa-se através do trabalho e produz uma essência humana que podemos distinguir entre “uma natureza humana geral e a expressão específica da natureza humana em cada cultura”.

Marx reconhece “... dois tipos de impulsos e apetites humanos: os constantes ou fixos, como a fome e o desejo sexual, que são parte integrante da natureza humana e só podem variar na forma e direção assumidas em diversas culturas, e os relativos, que não fazem parte integrante da natureza humana, mas ‘devem sua origem a certas estruturas sociais e condições de produção e de comunicação’”. (FROMM, 1970, p. 35).

O processo de trabalho, no sentido que utilizamos, constitui-se na contínua interação entre o homem e a natureza. Através desse processo, ele

atende suas necessidades vitais e apropria-se da natureza, transformando-a e humanizando-a. Transforma a natureza segundo as finalidades que põe concreta e objetivamente e a humaniza, internalizando-a em sua consciência em uma forma específica de apropriar-se. A formação da consciência humana e a humanização da natureza consistem no processo de libertação do homem das determinações e causalidades imposta pela natureza. O ser, enquanto natural, sofre a cadeia de causalidades próprias da sua condição. O ser social cria conscientemente sua própria cadeia de causalidades e a impõe à natureza segundo a sua finalidade. Nesse processo, o ser que se torna social inverte a relação sujeito/objeto. Enquanto ser natural, faz parte da natureza e é comandado pelas leis próprias da natureza. Enquanto ser social destaca-se da natureza, transforma-se e a modifica segundo suas intenções. Ao constituir-se como ser social, constitui, também, um conjunto de relações com outros homens. O homem não surge como indivíduo isolado, mas em sociedade e a relação, agora, é entre o ser social como sujeito e a natureza como seu objeto. Assim como o ser humano cria-se como resultado do seu trabalho, ele liberta-se da natureza através deste mesmo trabalho.

Com efeito, é nessa alternativa que aparece, pela primeira vez, de forma claramente delineada, o fenômeno da liberdade, que é completamente estranho à natureza: no momento em que a consciência decide, em termos alternativos, que finalidade quer estabelecer e de que maneira quer transformar as séries causais correntes em séries causais postas, como meios de sua realização, surge um complexo dinâmico que não encontra paralelo na natureza. Só neste momento, portanto, é que se pode examinar o problema da liberdade em sua gênese ontológica. Numa primeira aproximação, a liberdade é aquele ato de consciência que dá origem a um novo ser posto por ele. (LUKÁCS, s/d, p. 48).

A constituição da relação sujeito-objeto consolida-se com a libertação do homem da natureza. O processo de humanização, como resultado do trabalho, então liberta o homem e o torna sujeito. O homem, constituído ontologicamente como ser social, desenvolveu, simultaneamente, relações sociais. O avanço do conhecimento sobre a natureza permite maior domínio sobre a mesma, portanto, maior quantidade e variedade de meios de subsistência e de instrumentos de trabalho. As características naturais, que diferenciam os indivíduos entre si, passam a constituir a base sobre a qual surge a possibilidade da divisão do trabalho, da produção de excedentes e da constituição de "hierarquias de dominação e subordinação"¹¹.

¹¹ As escolhas realizadas ao longo do processo histórico de humanização conduziram a humanidade a constituir as relações capitalistas contemporâneas. Isto não quer dizer que este caminho fosse a única possibilidade.

A constituição social destas hierarquias transporta a contradição sujeito-objeto do plano da relação homem-natureza para o plano da relação entre os homens. Os homens, no processo de sua libertação da natureza, são dominados por outros homens, uma parte da sociedade amplia seu grau de liberdade submetendo a outra parte ao seu domínio. Constituem-se, então, determinadas relações sociais através das quais um grupo social submete outro grupo aos seus interesses. Independentemente do mecanismo - a força bruta, o poder policial, o poder político, a ideologia - através do qual se efetiva a subordinação, a finalidade desta é, sempre, o produto do trabalho. O novo sujeito é agora um sujeito social que domina um novo objeto, outros seres humanos. Surge a alienação do trabalho.

3 Trabalho e alienação¹²

O processo de trabalho, como ação do homem sobre a natureza, implica a produção consciente e subjetiva do produto do trabalho, antes mesmo de sua efetivação. O resultado final configura-se como um objeto exterior ao homem e, nesse sentido, passível de apropriação por qualquer pessoa. Assim, a produção e a apropriação aparecem, agora, como resultado do trabalho alienado e, como consequência, a propriedade privada. Da mesma forma, o resultado do trabalho de uns pode ser, e geralmente é, apropriado por outros.

O processo histórico da construção da liberdade humana tem como um primeiro momento, como vimos, a sua liberação da natureza. Entretanto, a plena libertação humana defronta-se com outra contradição, decorrente da forma de sociabilidade constituída. A divisão da sociedade em classes sociais coloca uma parte dela sob o domínio da outra. Sob o modo de produção capitalista, a maioria da sociedade é subordinada à classe dominante, e a luta pela emancipação humana transfere-se da relação homem/natureza para as relações entre os homens. Essas relações autonomizam-se e se tornam o meio através do qual as classes dominantes das sociedades capitalistas impõem sua dominação. Este processo, chamado de alienação

¹² Marx evolui da categoria de alienação para a de fetichismo em *O Capital*. Para uma discussão sobre esta evolução, ver RUBIN, 1980, p. 68-73. Entretanto, consideramos que não só a idéia do fetichismo como também a de estranhamento já está contida nos Manuscritos. Por exemplo, "A alienação do trabalhador em seu produto não significa apenas que o trabalho dele se converte em objeto, assumindo uma existência externa, mas ainda que existe independentemente, fora dele mesmo, e a ele estranho, e que se lhe opõe como uma força autônoma. A vida que ele deu ao objeto volta-se contra ele como uma força estranha e hostil". (MARX, 1970, p. 91). Ver BORGES, 1997, p. 67 e ANTUNES, 1995, p. 121-134.

nos Manuscritos e de fetichismo em *O Capital* é a negação da negação e o sujeito humano torna-se objeto de sua criação, de seu produto. A mercadoria, o valor, o dinheiro e o capital, produtos do trabalho humano, voltam-se contra o próprio homem¹³.

No capitalismo, o trabalho humano adquire uma nova determinação social, torna-se trabalho assalariado. A capacidade humana de trabalho converte-se na mercadoria força de trabalho. Essa mercadoria, ao ser utilizada pelo capital, produz valor e riqueza. Mas, tal forma de trabalho já não faz mais parte da natureza do trabalhador. Volta-se contra ele como algo estranho a ele. É por isso que Marx diz que,

O trabalhador, portanto, só se sente à vontade em seu tempo de folga, enquanto no trabalho se sente contrafeito. Seu trabalho não é voluntário, porém imposto, é trabalho forçado. Ele não é a satisfação de uma necessidade, mas apenas um meio para satisfazer outras necessidades. Seu caráter alienado é claramente atestado pelo fato de, logo que não haja compulsão física ou outra qualquer, ser evitado como praga. (MARX, 1970, p. 93).

O objetivo da produção torna-se a produção do valor e a sua lógica consiste na reprodução ampliada do capital. Esse processo, leva ao extremo a exploração da força de trabalho e exclui o direito de parcelas cada vez maiores de trabalhadores de usufruírem o resultado de seu trabalho.

A alienação não ocorre somente na relação entre o homem e o produto do seu trabalho. A "alienação aparece [...] também como processo de produção, dentro da própria atividade produtiva" (MARX, 1970, p. 93). Se, nos modos de produção não capitalistas e nas fases iniciais do desenvolvimento capitalista, o trabalhador, ainda que alienado e explorado, era o sujeito do processo de trabalho, no estágio atual da produção capitalista ele perdeu completamente qualquer poder sobre o processo produtivo.

¹³ Em oposição ao trabalho alienado, vejamos como as sociedades ainda não submetidas ao fetichismo da mercadoria o encaram. "Mas o Papalagui nunca conseguiu nos fazer compreender por que havemos de trabalhar mais do que Deus exige para que possamos comer à vontade, cobrir a cabeça com um teto, nos divertirmos com as festas da aldeia. Talvez este trabalho lhe pareça pouco, e pobre a nossa existência sem profissões. Mas o homem justo, o irmão das nossas muitas ilhas faz o seu trabalho com alegria, jamais com desgosto. Para ele, se não for assim é melhor nada fazer. E aí é que somos diferentes dos brancos. O Papalagui suspira quando fala no seu trabalho, como se uma carga o sufocasse; mas é cantando que os jovens samoanos vão para os campos de taro; cantando, as moças lavam as tangas nas correntezas do riacho". (O PAPALAGUI, p. 75). Mandel (1977) relata o caso da tribo Kwakiutl do Canadá. "Então esta tribo desenvolveu certas instituições sociais para impedir o aparecimento de ricos: no fim da estação da pesca começa-se por pôr de lado em recipientes tudo o que vai ser necessário para o inverno e até a primavera seguinte. Depois faz-se uma grande festa que dura semanas, come-se tudo o que se pode, embebedam-se e depois destrói-se todo o resto da produção, destroem-se todos os recipientes a mais, para que ninguém os utilize para constituir reservas para a família". (MANDEL, 1977, p. 52).

Não é mais o trabalhador quem emprega os meios de produção, mas os meios de produção que empregam o trabalhador. Em vez de serem consumidos por ele como elementos materiais de sua atividade produtiva, são eles que o consomem como fermento de seu próprio processo vital, e o processo vital do capital consiste apenas em seu movimento como valor que valoriza a si mesmo. (MARX, 1985, p. 244).

A subsunção do trabalho ao capital foi um processo que se desenrolou ao longo da história do capitalismo. O desenvolvimento da grande indústria foi um passo adicional nesse processo que, visto pelo lado do trabalhador, torna-o um apêndice da máquina. A linha de montagem desenvolvida pelo fordismo caracterizou-se por um mecanismo no qual o trabalhador é controlado pelo próprio movimento da máquina, mas as ilhas de produção tayloristas ainda exigiam um controle externo ao trabalhador.

Trata-se aí da famosa subsunção real do trabalho ao capital que vem se juntar à subsunção formal existente desde a transformação da força de trabalho em mercadoria. Portanto, na grande indústria, já não há mais, a rigor, processo de trabalho. Com a dominância do trabalho morto sobre o trabalho vivo, com a base técnica do sistema estando assentada não na força de trabalho, mas no meio de trabalho, a grande indústria aparece como a negação do processo de trabalho. (PAULANI, 1996, p. 37).

Consideramos que o período do fordismo/taylorismo constitui-se em uma fase do processo de subsunção real do trabalho ao capital. Nesse momento, exclui-se toda a subjetividade do trabalhador do processo de produção. Separa-se, também, de forma clara e explícita a concepção do produto da sua elaboração. Se nas fases anteriores ainda existia algum espaço no qual a subjetividade do trabalhador e a sua criatividade ainda eram importantes, na fase da grande indústria, não o são mais. Abre-se então espaço para que a negação do trabalho seja contestada pelo trabalhador, e a inversão sujeito-objeto seja questionada das mais diferentes formas possíveis.

A superação¹⁴ do fordismo/taylorismo pela reestruturação produtiva, pelos novos processos de gestão e de produção - *toyotismo*, *just-in-time*, *kanban* etc. - coloca a contradição capital-trabalho em outro nível. A negação do processo de trabalho, questionada pelo trabalhador, é recolocada em outros termos. Os novos processos de gestão e de produção não reintroduzem o processo de trabalho como componente do processo de produção, mas modificam os mecanismos de controle do processo de valorização do capital. Transfere para o trabalhador os procedimentos necessários à valorização do capital que os internaliza em sua consciência¹⁵.

¹⁴ Não queremos dizer, com isso, que o fordismo/taylorismo desapareceu. Não só permanece como continua sendo quantitativamente dominante em muitos setores produtivos.

¹⁵ Fundamentamos este ponto de vista, metodologicamente, em Norbert Elias (1993). Segundo esse autor, o ser humano é também um animal e o seu comportamento instintivo ou natural deve ser "civilizado". O processo civilizador é um mecanismo social através do qual

Por isso a lógica (humana) do trabalho vivo não vai voltar a se intrometer. Ao contrário, ela será posta a serviço da lógica da acumulação (co-responsabilidade do trabalhador, gestão participativa, autonomização). É precisamente a característica da força de trabalho como elemento vivo do processo que o põe naturalmente como sujeito e então, se isto antes atrapalhava o capital, agora há de ajudá-lo. O que não se pode, do ponto de vista da lógica da acumulação é desperdiçar esse potencial que a força viva de trabalho tem. É isso que Ohno, o famoso executivo da Toyota, percebe. Se o capital compra horas de trabalho, deve poder, ao consumi-las, usufruí-las inteiramente, ou seja, não só quantitativa, mas também qualitativamente, de modo que o trabalho simples, tal como efetivamente posto pela grande indústria no momento fordista/taylorista revele-se realmente como um desperdício. (PAULANI, 1996, p. 42).

Segundo Marx, não é só trabalhador que é alienado, mas o capitalista também. O capital tornado sujeito comanda não só o trabalhador, mas também o capitalista. "O conteúdo objetivo daquela circulação - a valorização do valor - é sua meta subjetiva, e só enquanto a apropriação crescente da riqueza abstrata é o único motivo indutor de suas operações, ele funciona como capitalista ou capital personificado, dotado de vontade e consciência. (MARX, 1985, p. 129). E ainda, "Como capitalista [ele] é apenas capital personificado. Sua alma é a alma do capital. O capital tem um único impulso vital, o impulso de valorizar-se, de criar mais-valia, de absorver com sua parte constante, os meios de produção, a maior massa possível de mais-trabalho" (MARX, 1985, p. 189).

Assim, a questão central, fundamental, na sociedade capitalista é a inversão da relação sujeito-objeto, na qual o capital, como fruto do trabalho humano, autonomiza-se e impõe sua vontade à humanidade. O capital, de relação social, adquire vida própria, autoconsciência, e passa a dirigir, a comandar os seres humanos¹⁶.

4 Trabalho e centralidade

Como discutimos no primeiro item, o trabalho humano enquanto eterna mediação entre homem e natureza constitui-se em precondição necessária e indispensável à vida humana. Nesse sentido, configura-se como um agir sobre a natureza e não apresenta nenhuma especificidade, ele é comum a qualquer forma de sociedade. Esta proposição é aceita por muitos

os indivíduos recalcam suas pulsões primárias e adotam o comportamento civilizado. Nesse sentido, internalizam em sua consciência os procedimentos da civilização e realizam, eles próprios, seu autocontrole. O resultado é que os comportamentos sociais passam a ser "naturais".

¹⁶ Duayer, 1999, mostra, através de um ensaio sobre o filme "Blade Runner", o limite da dominação do capital sobre o homem, limite este que, achamos, só pode existir enquanto ficção.

autores. Ela fundamenta a tese da ontologia do trabalho e também pode ser aceita por aqueles que defendem uma postura idealista para a origem da humanidade. Mas o trabalho apresenta uma outra dimensão, determinada historicamente por um conjunto de relações sociais através das quais se estrutura nas sociedades historicamente determinadas. Esta dimensão é determinada pelo que Antunes chama de *sistema de mediações de segunda ordem*¹⁷.

Nesta parte, consideramos o trabalho não mais como trabalho em geral, mas como o trabalho subsumido ao capital. Enquanto força de trabalho, o potencial de trabalho converteu-se em uma mercadoria que fundamenta a relação capital-trabalho. Chamamos tal relação de trabalho assalariado, forma específica do agir humano sob o modo de produção capitalista. A discussão em torno da tese da centralidade do trabalho nem sempre explicita estas diferenças. A própria expressão sociedade do trabalho¹⁸ acaba adquirindo um caráter a-histórico e confunde as duas ordens de mediações.

O debate sobre a centralidade do trabalho só adquire sentido ao tratarmos do mundo contemporâneo. E este debate desenrolou-se a partir das profundas modificações ocorridas, principalmente nas duas últimas décadas, no que se convencionou chamar de mundo do trabalho, que consideramos uma das esferas imanentes ao modo de produção capitalista.

A tese de que o trabalho já não é mais central é apresentada sob diferentes formas por diferentes autores e posições também diferentes. Podemos dividi-los em dois grupos: um defende a idéia da superação do capitalismo e outro, que o capitalismo chegou ao seu limite. Estes dois pontos de vista nem sempre são contraditórios, certos argumentos se contrapõem e outros se complementam. Da mesma forma, alguns pressupostos podem ser semelhantes e outros não. Não pretendemos detalhar as diferenças entre estas duas posturas, vamos discutir os elementos principais que fundamentam o ponto de vista que o trabalho não é mais central. Também temos de reconhecer que, com essa divisão arbitrária, perdemos uma parte das distinções e nuances e a riqueza de detalhes que caracteriza o debate.

A superação do modo de produção capitalista por uma sociedade pós-industrial, pós-capitalista ou sociedade da informação significa que, nesta, a riqueza não é mais o fruto, o resultado do trabalho humano. A substituição em massa e crescente de trabalhadores pelas novas máquinas,

¹⁷ "O advento dessa *segunda ordem de mediações* corresponde a um período específico da história humana, que acabou por afetar profundamente a funcionalidade das mediações de *primeira ordem* ao introduzir elementos fetichizadores e alienantes de controle social metabólico". (ANTUNES, 1999, p. 20).

¹⁸ Todas as sociedades são sociedades do trabalho no sentido que já explicitamos. Definir a sociedade capitalista como sociedade do trabalho retira desta as determinações próprias e específicas do capitalismo.

comandadas por computadores, tornou o trabalho obsoleto. A riqueza agora é produzida pelas máquinas¹⁹. A obsolescência do trabalho reflete-se na ideologia do “fim dos empregos”. A sociedade pós-industrial, nesse sentido, também teria suprimido a luta de classes. E este fato seria confirmado pela desestruturação dos movimentos sindicais e pela perda de espaço dos partidos socialistas e comunistas.

Aceitar esse ponto de vista significaria, em primeiro lugar, aceitar a supressão da forma valor e, conseqüentemente, o fim do trabalho abstrato como fonte do valor e da riqueza. Em segundo, a possibilidade de uma sociedade “pós-capitalista” na qual a riqueza seja o resultado de coisas produzindo coisas²⁰. Suprimir-se-ia, assim, os meios de trabalho como mediação da atividade humana sobre a natureza. Como resultado disso, desapareceria a exploração capitalista do trabalho humano, as diferenças sociais deveriam ser explicadas pelos elementos subjetivos que diferenciam os indivíduos²¹ e as soluções ficariam no campo do voluntarismo, dentre as quais o terceiro setor tem ganho muito espaço. Em terceiro lugar, com o fim da luta de classes, chegamos ao fim da história, conseqüência natural da forma mais desenvolvida possível de sociedade, o capitalismo. Ou seja, o pós-capitalismo não deixa de ser o capitalismo, capitalismo porque mantém o capital, pós, porque suprimiu o trabalho. Atingiria, assim, o ideal do capital: reproduzir-se sem a necessidade de por em movimento a força viva de trabalho²².

A outra vertente divide-se entre os que, constatando as mudanças atuais do mundo do trabalho, propõe alternativas reformistas e aqueles que defendem o ponto de vista de que a sociedade capitalista atingiu o seu limite final. As propostas reformistas tendem a alinhar-se com as posturas do “fim da história”, na medida em que abandonaram as utopias de uma sociedade nova. Elas procuram encontrar, no interior do próprio modo de pro-

¹⁹ Este ponto de vista teórico sempre foi defendido pelos autores neoclássicos e pelos neoricardianos.

²⁰ Um dos limites, geralmente abordado pela ficção científica, poderia ser a de robôs capitalistas produzindo robôs que “trabalham” e querem ser seres humanos. Ver Duayer, 1999. É o que poderíamos considerar o limite do fetichismo e do estranhamento.

²¹ A teoria neoclássica, desde o seu surgimento, opõe-se à teoria marxista da exploração do trabalho. Para eles, a diferença entre ricos e pobres é o resultado dos comportamentos individuais. Também explicam a existência de desocupados como o resultado de uma escolha pessoal entre trabalhar, recebendo de acordo com a produtividade marginal do trabalho, ou recusar-se a trabalhar.

²² A gigantesca expansão do capital fictício nos mercados financeiros internacionais constitui outro fato que justifica esta postura. A falta de compreensão sobre a natureza desta forma de riqueza pode criar vários equívocos. Por exemplo, o crédito estatal e o capital fictício criados através da dívida pública aparecem como valor que surge e se multiplica sem a necessidade da produção.

dução capitalista, formas que permitam evitar a destruição dos empregos, criar ocupações de maneira a atenuar e mascarar os conflitos decorrentes da contradição capital/trabalho. A idéia do limite final da sociedade capitalista, ou sociedade produtora de mercadorias, fundamenta-se, também, na distinção entre o trabalho concreto e o abstrato e considera que esta forma chegou ao seu limite final. Com isso, a classe trabalhadora e a luta de classes concluíram sua tarefa e a superação do capitalismo já está em curso²³.

Defendemos, em primeiro lugar, que a sociedade permanece capitalista e seus fundamentos, o trabalho assalariado e o capital, não desapareceram nem mostram tendência a desaparecerem. Em segundo lugar, que a riqueza capitalista continua sendo o resultado do trabalho humano, do trabalho vivo posto em ação pelo capital. Portanto, a forma valor e a lógica de valorização do capital continuam comandando as relações sociais. Em terceiro, que o fundamento da sociabilidade humana é produzido através das relações mercantis fetichizadas que subordinam as demais formas de relações sociais e pessoais. Enfim, que o trabalho, como fundamento da relação social capitalista, continua sendo uma categoria central²⁴.

A tese do fim dos empregos se fundamenta na constatação empírica do aumento na taxa de desemprego e nos ganhos de produtividade decorrente da reestruturação produtiva. Husson (1999), discutindo esta tese, demonstra que o aumento da produtividade do trabalho não se converte integralmente em redução nas horas trabalhadas, mas, em grande parte, em aumento da produção; que, o aumento na produtividade do trabalho é limitado em alguns setores e não generalizado como se pretende, mais ainda, que a tendência global para as seis maiores economias capitalistas é de uma queda na taxa de crescimento da produtividade. Por outro lado, constata que o aumento do volume de trabalho não acompanha o crescimento da população economicamente ativa²⁵. Mas o crescimento na taxa de desemprego, decorrente do aumento na PEA, não é inexorável, depende das

²³ Esta postura é defendida por Kurz (1996) e pelo Grupo Krisis na Alemanha.

²⁴ "O trabalho que forma a riqueza da sociedade capitalista não é o trabalho em geral; é um determinado trabalho, o trabalho abstrato-concreto ou um trabalho dotado de dupla natureza, e apenas nesta forma pertence à economia". (KOSIK, 1969, p. 191,). O trabalho como central na sociedade capitalista é este trabalho determinado, dotado de dupla natureza, trabalho alienado. Neste sentido, estamos de acordo que, "desde Marx, sabemos que o trabalho é e não é central no capitalismo; ou, de modo determinado, o trabalho que é central aí é o trabalho - alienado aquele que é o outro lado da propriedade privada -, é o trabalho tornado capital, negado em si mesmo." (CAMPREGHER, 1996, p. 172).

²⁵ D'Intignano (1999) faz uma análise semelhante dos dados, utilizando o conceito de "nível de atividade", mostra que este tem crescido no Japão e nos Estados Unidos e mantém-se estável na União Européia nos últimos 20 anos em relação à média do período 1970-80. Ela defende o ponto de vista no qual o desemprego é resultado de uma política econômica e propõe como solução uma política de criação de mais empregos.

soluções encontradas para a distribuição dos ganhos de produtividade entre salários, lucros e duração da jornada de trabalho. Esta distribuição acabará sendo sancionada ou não pelas leis que comandam o funcionamento da sociedade capitalista. Assim, nós consideramos que não existem elementos suficientes para defender o catastrofismo do fim dos empregos. Este ponto de vista só adquire sentido em relação à ideologia do pleno emprego, à idéia de que, sob o modo de produção capitalista, todos aqueles que querem ter um emprego poderiam obtê-lo. A existência de uma taxa de desemprego é uma condição imanente à reprodução do capital. As variações nessa taxa decorrem das variações no próprio ciclo de contração e expansão da acumulação capitalista.

As mutações no mundo do trabalho²⁶ trouxeram formas aparentemente novas. A reestruturação produtiva e a desregulamentação dos mercados de trabalho, decorrentes do aguçamento da competição intercapitalista, reduziram, em parte, o trabalho assalariado aplicado diretamente na produção de mercadorias e expandiram outras formas de trabalho assalariado. A diminuição relativa dos operários industriais, o crescimento de formas precárias e informais não eliminaram a dominância absoluta do trabalho assalariado, pelo menos nas sociedades capitalistas mais desenvolvidas²⁷. A forma assalariada do trabalho é fundamental para a produção da riqueza capitalista, mas não é exclusiva nem determinada pelo número de trabalhadores assalariados. Mesmo que ocorra uma redução absoluta no número de trabalhadores assalariados, determinado pelas contradições entre produção e apropriação do valor, não significa o fim do valor e da riqueza como expressão do trabalho abstrato.

Esta concepção da riqueza capitalista implica que ela é o resultado de uma determinada relação social, o capital. Portanto, ela não depende da quantidade de trabalho empregada, mas da relação social sob a qual ela é produzida. Assim, enquanto o capital existir, a relação entre capitalistas e trabalhadores continuará existindo. No limite, se o capital conseguisse suprimir o trabalho, desapareceria a relação social e, portanto, o fundamento da existência do modo de produção capitalista; desaparece o próprio capital

²⁶ "... houve uma *desproletarização* do trabalho industrial tradicional. Mas, paralelamente, efetivou-se uma significativa *subproletarização* do trabalho, decorrência das formas diversas de trabalho parcial, precário, terceirizado, subcontratado, vinculado à economia informal, ao setor de serviços etc. Verificou-se, portanto, uma significativa heterogeneização, complexificação e fragmentação do trabalho." (ANTUNES, 1999, p. 209).

²⁷ Nos países desenvolvidos essa dominância não só é absoluta como também tem crescido nas últimas décadas, nos países subdesenvolvidos isso é menos evidente, como demonstra Carleial (2000).

pois ela não é, senão, a relação social do assalariamento. Concretamente, a concorrência intercapitalista pressiona continuamente para a elevação da produtividade do trabalho e para a redução de postos de trabalho assalariado. Nesse sentido, agrava, continuamente, a contradição entre a produção e a apropriação de riqueza, mas não elimina o trabalho como fonte da mesma.

As metamorfoses da sociedade contemporânea não suprimiram as relações fundamentais do modo de produção capitalista: a propriedade privada dos meios de produção, a mercadoria, o dinheiro e o capital. Tais relações sociais continuam sendo regidas pela lei do valor. A relação fundamental que une contraditoriamente capitalistas e trabalhadores ainda é o capital. Ele é reproduzido a partir da dupla natureza do trabalho, o trabalho concreto e o abstrato. Em nossa época, o primeiro foi integralmente subsumido ao segundo e o capital, na esfera financeira, valoriza-se de forma fictícia²⁸. A contínua valorização das ações das empresas da “nova economia” ocorre de forma fictícia. O valor-capital representado pelo preço das ações é puramente fictício. O crescimento desta riqueza fictícia é impulsionado, garantido e sancionado pelo Estado. O Estado cria riqueza fictícia através da dívida pública, garante sua manutenção através de transferências da esfera produtiva para a financeira e a sanciona com a sua capacidade de criação de moeda²⁹.

A riqueza capitalista, segundo nosso ponto de vista, apresenta-se em uma unidade contraditória, o valor e o valor-de-uso. Os valores de uso, materiais ou não, são os elementos indispensáveis à vida humana e, portanto, só desaparecerão junto com a própria humanidade. A outra dimensão, o valor, é uma propriedade social³⁰ que se desenvolveu juntamente com a dupla natureza do trabalho, o trabalho concreto e o abstrato. A forma através da qual o valor se expressa é o dinheiro. A contradição valor/valor-de-uso resolve-se, também no dinheiro, pela dominância do valor. Depois de plenamente desenvolvido o sistema de crédito, o dinheiro converte-se no dinheiro de crédito estatal e dinheiro de crédito privado, formas de dinheiro que procuram, continuamente, dispensar a materialidade do dinheiro. Esta riqueza é produto do trabalho humano como trabalho abstrato.

²⁸ Ver Carcanholo e Nakatani, 1999.

²⁹ Em última instância, esta sanção pode ser realizada pela moeda mundial enquanto existir uma sociedade economicamente hegemônica, cujo grau de aguçamento de suas contradições internas não tenham atingido níveis que não permitam mais que esta tarefa seja realizada.

³⁰ “Em direta oposição à palpável e rude objetividade dos corpos das mercadorias, não se encerra nenhum átomo de matéria natural na objetividade de seu valor. Podemos virar e revirar uma mercadoria, como queiramos, como coisa de valor ela permanece imperceptível.

5 Considerações finais: a necessidade da descentralização do trabalho.

A problemática e a discussão em torno das mutações do mundo do trabalho e das questões referentes ao emprego decorrem da crise e da tendência à estagnação capitalista nas últimas décadas. As mutações e o desemprego crescente constituem o resultado concreto das contradições através das quais se move o capital. O desenvolvimento das contradições da acumulação capitalista conduziu o processo para um aprofundamento da qualificação/desqualificação do trabalho, redução dos rendimentos do trabalho e pela expansão do capital fictício.

O desenvolvimento capitalista, no sentido do desenvolvimento da lei geral da acumulação, deverá agravar ainda mais as condições de vida de parcelas crescentes da classe trabalhadora pelo acelerado processo de concentração e centralização da riqueza capitalista. Nesse sentido, todas as soluções no interior do modo de produção capitalista mantêm a alienação e o fetichismo. O trabalho, enquanto realizado sob o domínio do capital, é trabalho alienado e sofrerá sempre as consequências das crises cíclicas do capital. Enquanto trabalho alienado, é um "trabalho forçado". A libertação do homem só poderá ocorrer com a supressão do trabalho alienado. Retomamos em Kosik, e em Marx, a concepção de que,

A ação humana que é determinada apenas por uma finalidade interior e não depende de uma necessidade natural ou de uma obrigação social não é um trabalho; é uma livre criação, qualquer que seja o campo em que se realize. O autêntico reino da liberdade começa, portanto, além das fronteiras do trabalho, se bem que justamente o trabalho é que constitui a sua base histórica necessária: O reino da liberdade só tem início efetivamente no ponto em que se para de trabalhar sob a pressão da necessidade e da finalidade exterior; segundo a natureza da coisa, ele se acha, assim, fora da esfera própria da produção material [Marx]. (KOSIK, 1969, p. 189).

Recuperar essas dimensões da atividade humana pode ajudar a esclarecer a discussão sobre a centralidade do trabalho. Elas nos permitem retomar a noção de liberdade a partir do trabalho e concluir que a liberação humana constitui-se, então, na construção do reino da liberdade no qual o próprio trabalho deverá ser suprimido. É isto que consideramos a descentralização do trabalho.

Recordemo-nos, entretanto, que as mercadorias apenas possuem objetividade de valor na medida em que elas sejam expressões da mesma unidade social de trabalho humano, pois sua subjetividade de valor é puramente social e, então, é evidente que ela pode aparecer apenas numa relação social de mercadoria para mercadoria". (MARX, 1985, p. 53/54). A contradição valor/valor-de-uso resolve-se continuamente pela afirmação do valor e negação do valor-de-uso.

Este ponto de vista pode ser complementado com o discurso de Tuiávíi, chefe da tribo Tiavéa, das ilhas Samoa no sul do pacífico, que alertava para o fetichismo e chamava seu povo para que não se submetessem ao fascínio da riqueza capitalista:

Livremo-nos, porém, antes de mais nada, do dinheiro. O Papalagui oferece-nos o metal redondo e o papel pesado para nos dar o seu gosto. Eles querem nos convencer de que o dinheiro nos fará mais ricos e felizes. Já são muitos dentre nós os que se deixaram deslumbrar e se contagiaram com essa grave doença. Mas se acreditardes no que vos diz o vosso humilde irmão; se perceberdes que vos falo a verdade quando vos digo que o dinheiro jamais dá alegria e felicidade mas, pelo contrário, confunde e angustia completamente o coração, a alma toda do homem; quando vos digo que com dinheiro, jamais se ajudou homem algum a ser mais alegre, mais forte, mais feliz; então haveis de detestar o metal redondo e o papel pesado como o vosso pior inimigo. (O Papalagui, p. 36-37).

6 Referências Bibliográficas

- ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez, 1995.
- ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 1999.
- ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987. 3ed.
- BORGES, Maria Angélica. *Ontologia e momento ideal na economia*. II Encontro Nacional de Economia Política. Sociedade Brasileira de Economia Política. Anais do II Encontro Nacional de Economia Política, vol. 1, p. 58-68. São Paulo: PUC/SP, 1997.
- CAMPREGHER, Gláucia. "A centralidade do trabalho que interessa". *Estudos Econômicos*. São Paulo: IPE-USP, vol. 26. p. 165-180, 1996.
- CARCANHOLO, Reinaldo; NAKATANI, Paulo. "O capital especulativo parasitário: uma precisão teórica sobre o capital financeiro característico da globalização". *Ensaio FEE*. v.20, n.1, p. 284-304. Porto Alegre: FEE, 1999.
- CARLEIAL, Liana. *Assalariamento: conceitos, dimensão e "pistas" para entender a crise*. V Encontro Nacional de Economia Política. Sociedade Brasileira de Economia Política. Anais do V Encontro Nacional de Economia Política. Fortaleza: SEP, 2000. Cd-rom.
- D'INTIGNANNO, Béatrice Majnoni. *A fábrica de desempregados*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

DUAYER, Mário. *Capital: More human than human (Blade Runner e a barbárie do capital)*. Mimeo, 1999.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador..* Rio de Janeiro: Zahar, 1993. 2 v.

GORZ, André. *Adieux au Prolétariat: au-delà du socialisme*. Paris: Galilée, 1980.

HUSSON, Michel. "Fim do trabalho ou redução de sua duração?" *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1999. Ano 4, No. 5.

KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

KURZ, Robert. *O Colapso da Modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. 4ed.

LUKÁCS, G. "O trabalho". (Capítulo I da segunda parte da obra *Ontologia do Ser social*. Tradução de Ivo Tonet). s/d, mimeo.

MANDEL, Ernest. *Teoria marxista do Estado*. Lisboa: Edições Antídoto, 1977.

MARX, K. Excertos de "Ideologia Alemã". In: FROMM, Erich. *O conceito marxista do homem*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970. 5ed.

MARX, K. "Manuscritos econômico-filosóficos". In: FROMM, Erich. *O conceito marxista do homem*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970. 5ed.

MARX, K. *O Capital. Crítica à economia política*. Livro Primeiro, Volume I. São Paulo: Nova Cultural, 1985. 2ed.

NAKATANI, Paulo e SOARES, Geraldo Antonio. *A descentralização do trabalho*. II Jornada de Economia Política do Capitalismo Contemporâneo. Sociedade Brasileira de Economia Política. Belém, 7-10 de dezembro de 1999. CD-ROM.

O PAPALAGUI. *Comentários de Tuiávii, chefe da tribo Tiavéa, nos mares do Sul*. São Paulo: Marco Zero, s/d. 7ed.

OFFE, Claus. *Trabalho & Sociedade: problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989. vol. I.

PAULANI, Leda Maria. *A objetivação do processo de trabalho a partir da grande indústria*. Encontro Nacional de Economia Clássica e Política. ANAIS. Mesa XVII. Niterói, 5-8 de junho de 1996.